



**CRT-ES**  
Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [administrativo@crtes.gov.br](mailto:administrativo@crtes.gov.br)  
Fone: (27) 3100-2019

## CONTRATO Nº 012/2024 – SERVIÇOS DE AUDITORIA

Processo Administrativo nº 235/2024

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE AUDITORIA QUE  
CELEBRAM ENTRE SI O CONSELHO  
REGIONAL DOS TÉCNICOS  
INDUSTRIAIS DO ESPÍRITO SANTO E  
CORPORATIVA AUDITORIA E  
CONSULTORIA LTDA.**

De um lado, o **CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESPÍRITO SANTO/CRT-ES**, Autarquia Federal de Regime Especial, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 32.696.567/0001-30, com sede à Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675, Ed Palácio do Café, Sala 701, CEP: 29050-912, Vitória/ES, neste ato representado pelo Seu Presidente, **Sr. VALMIR XAVIER MARTINS**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **CORPORATIVA AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ nº 42.695.523.0001/40, com sede à Rua Pau Brasil, nº 10 sala 1322, Águas Claras, Brasília - DF, neste ato representado por sua representante legal, **Sr.ª MARIA ELIZABETE DE FREITAS MORAIS**, portadora do CPF nº [REDACTED], conforme atos constitutivos da empresa, aqui denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 235/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Aviso de Dispensa n. 90015/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

**1.1.** Contratação de empresa de auditoria independente para execução dos trabalhos de análise, revisão e emissão de relatórios e pareceres sobre as demonstrações financeiras e sobre os controles internos quanto à posição financeira, processos licitatórios e patrimônio do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT-ES, através de dispensa de licitação, com a escolha da proposta mais vantajosa e conforme condições e exigências estabelecidas neste Contrato.

**1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição o Termo de Referência, o Aviso de Dispensa, a proposta da empresa Contratada e eventuais anexos dos documentos citados.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de publicação do Contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2.** A prorrogação do presente Instrumento é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:



- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa da **CONTRATADA** informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.3.** A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**2.5.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**2.6.** O Contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto contratual constam no Termo de Referência anexo II do Aviso de Dispensa nº. 90015/2024.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR (art. 92, V)**

**5.1.** O valor total da contratação é de R\$ 27.900,00 (Vinte sete mil e novecentos reais)

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



## 6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo II do Aviso de Dispensa nº. 90015/2024.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo (acumulado nos últimos 12 meses desde a apresentação da proposta), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência anexo II do Aviso de Dispensa nº. 90015/2024, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, o disposto no art. 92, incisos XIV, XVI e XVII da Lei nº. 14.133 de 01 de abril de 2021.

## 9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A **CONTRATANTE** deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência anexo II do Aviso de Dispensa nº. 90015/2024, zelando pelo cumprimento da boa e perfeita execução do objeto através da gestão do Contrato, observando, ainda o disposto no art. 92, incisos X, XI e XIV da Lei nº. 14.133 de 01 de abril de 2021.





# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [administrativo@crtes.gov.br](mailto:administrativo@crtes.gov.br)  
Fone: (27) 3100-2019

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

**10.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**10.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**10.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

**11.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

**12.1.** Salvo na hipótese de caso fortuito ou força maior, com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/21, a Contratada ficará sujeita, no caso de inadimplemento assim considerado pela Administração, de inexecução parcial ou de inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a. Advertência por escrito: nos casos de descumprimentos de obrigações de menor potencial, que não gerem prejuízo para o CRT-ES;
- b. Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- c. Impedido de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- d. Multas:
  - d.1) No caso de inexecução total dos serviços, será aplicada multa equivalente a trinta por cento (30%) do valor total dos serviços.
- e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais com o conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa.



- 12.2.** A aplicação da penalidade de multa não afasta a aplicação da penalidade de suspensão/impedimento;
- 12.3.** Caso a empresa se recuse a retirar a Ordem de Serviço e prestar os serviços objeto deste Termo, aplicar-se-á o previsto na legislação vigente;
- 12.4.** Da aplicação de penalidades caberá recurso;
- 12.5.** As sanções administrativas somente serão aplicadas pelo **CRT-ES** após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;
- 12.6.** A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- 12.7.** O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no Código do Processo Civil;
- 12.8.** A aplicação da sanção declaração de inidoneidade compete exclusivamente ao Presidente do **CRT-ES**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.
- 12.9.** O **CRT-ES** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela empresa.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

- 13.1.** O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.1.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.2.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - c. Indenizações e multas.
- 13.3.** A extinção por ato unilateral do Contratante sujeitará à Contratada a multa rescisória de até 10% (dez) sobre o valor do saldo do Contrato existente na data de extinção, independentemente de outras penalidades.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**14.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do **CRT-ES**, na dotação abaixo discriminada:

Rubrica: 6.2.2.1.1.01.04.01.004 - Outras Consultorias

Centro de custos: 02.07.01.001 - Atividades da Gerência Financeira

Saldo Orçamentário: R\$ 27.900,00 (Vinte e Sete Mil e Novecentos Reais)

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.2.** A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1(um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**16.1.** Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo os princípios gerais dos contratos e as disposições de direito privado.

**16.2.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá ao **CRT-ES** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, [www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br) e no Diário Oficial da União.





# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [administrativo@crtes.gov.br](mailto:administrativo@crtes.gov.br)  
Fone: (27) 3100-2019

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

**18.1.** Fica eleito o foro da Justiça Federal de Vitória – Seção Judiciária do Espírito Santo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por estarem as partes justas e acordadas celebram o presente Contrato.

Vitória/ES, 08 de novembro de 2024.

VALMIR XAVIER  
MARTINS:579552807  
25

Assinado de forma digital por  
VALMIR XAVIER  
MARTINS:57955280725  
Dados: 2024.11.13 12:06:07 -03'00'

**PRESIDENTE  
CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ES**

ASSINADO DIGITALMENTE  
**MARIA ELIZABETE DE FREITAS MORAIS**  
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



**CORPORATIVA AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA  
CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

